

DA CRÍTICA À LIBERTAÇÃO: O CONHECIMENTO COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO EM RANCIÈRE E FREIRE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-250>

Data de submissão: 21/01/2025

Data de publicação: 21/02/2025

Yure Pereira de Abreu
Doutor e Pós-Doutorando em Educação
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Elvis de Azevedo Matos
Doutor em Educação
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Luís Távora Furtado Ribeiro
Doutor em Sociologia com Pós-Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Gardenia Maria de Oliveira Barbosa
Doutora em Educação e Pós-Doutoranda em Educação
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Carlos Rochester Ferreira de Lima
Doutor em Educação e Pós-Doutorando em Educação
Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo colocar em evidência as críticas empreendidas por Jacques Rancière e por Paulo Freire às pedagogias tradicionais, assim como, trazer à luz suas proposições em prol de uma educação voltada à emancipação e à libertação dos sujeitos. A partir dos postulados desses autores é possível perceber o questionamento à ideia de conhecimento como privilégio de poucos e conhecer a defesa que eles fazem quanto a capacidade universal de aprender e transformar a realidade. Aos olhos destes pensadores as estruturas de poder estabelecidas na sociedade se refletem na educação, perpetuando assim desigualdades. No entanto, suas pedagogias apontam para a transformação através de práticas que estimulem a autonomia e a reflexão. A emancipação é, assim, um caminho contínuo de busca pela verdade, por meio da reflexão e da ação transformadora, onde cada indivíduo pode emancipar a si e ao outro, possibilitando a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

Palavras-chave: Emancipação. Conscientização. Igualdade.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho explora as críticas desprendidas por Jacques Rancière e por Paulo Freire aos modelos tradicionais de educação, assim como, apresenta as proposições pedagógicas por eles apresentadas, como alternativa ao modelo por eles criticado, que visam, sobremaneira, a emancipação dos estudantes.

Ambos os autores, como será aprofundado adiante, questionam a ideia de que o conhecimento é um privilégio de poucos e defendem a capacidade de todos para aprender e transformar a realidade. Em outras palavras, os autores propõem uma ruptura estrutural e sistêmica, visando a destituição do poder constituído e anulando as relações de poder e opressão.

2 A CRÍTICA AO ENSINO TRADICIONAL E A EMANCIPAÇÃO NA VISÃO DE JACQUES RANCIÈRE

Jacques Rancière, no livro “o mestre ignorante” nos apresenta a sua crítica ao sistema educacional tradicional, o qual ele denomina de “o velho” e ao mesmo tempo em que define a sociedade como “pedagogizante”. Para o autor, tal sistema é caracterizado pela crença na desigualdade das inteligências, no qual o professor, sujeito detentor do saber, explica o mundo, por meio de conteúdos, aos estudantes, que são pessoas inferiores, isto é, incapazes de aprender por si próprias.

Estabelece-se, assim, uma relação de poder, que, segundo Rancière, perpetua a desigualdade social, uma vez que, em sua visão, o conhecimento se torna um privilégio de poucos. Desta forma, Rancière aponta que

A pedagogia tradicional da transmissão neutra do saber, tanto quanto as pedagogias modernistas do saber adaptado ao estado da sociedade mantêm-se de um mesmo lado, em relação à alternativa colocada por Jacotot. Todas as duas tomam a igualdade como objetivo, isto é, elas tomam a desigualdade como ponto de partida.

As duas estão, sobretudo, presas no círculo da sociedade pedagogizada. Elas atribuem à Escola o poder fantasmático de realizar a igualdade social ou, ao menos, de reduzir a "fratura social". (Rancière, 2020, p. 14)

Rancière também nos propôs uma crítica a visão de uma sociedade homogênea, que seria representada por uma grande escola, na qual alguns sujeitos são considerados atrasados, de tal forma que necessitam de civilização. Em sua concepção, essa perspectiva legitima uma estrutura hierárquica na qual os “melhores da turma” governam, perpetuando as desigualdades, sob o disfarce de “meritocracia”.

A sociedade se representa, assim, como uma vasta escola que tem seus selvagens a civilizar e seus alunos em dificuldade a recuperar. Nestas condições, a instrução escolar é cada vez mais encarregada da tarefa fantasmática de superar a distância entre a igualdade de condições proclamada e a desigualdade existente [...] (Rancière, 2020, p. 14-15)

Rancière prossegue em sua crítica, analisando a necessidade da explicação como precondição para que o aprendizado aconteça. Assim, o autor argumenta que o método explicador cria um modelo baseado na impotência, o qual faz com que o estudante se torne dependente da figura do professor. O ensino universal, sobre o qual apresentaremos adiante, por outro lado, liberaria o estudante, ao reconhecer nele a capacidade de aprender por si mesmo.

Em sua reflexão o autor operacionaliza uma crítica a sociedade da desigualdade, que em sua visão esta é constituída por um sistema de dominação baseado na crença na superioridade de alguns sobre outros. Para ele essa sociedade perpetua a desrazão, isto é, uma forma de pensamento que seria baseada na comparação e no desprezo.

Em seus escritos Rancière demonstra como as paixões e a busca incessante e desenfreada pelo poder levam os indivíduos à perversão da vontade e à distração da inteligência. Para o autor, a retórica seria, neste contexto, um instrumento voltado à própria dominação, como mecanismo que busca o silenciamento do outro, ou ainda em suas palavras “a retórica, como se disse, tem por princípio a guerra. Não busca a compreensão, mas o aniquilamento da vontade adversa. A retórica é uma palavra de revolta contra a condição poética do ser falante” (Rancière, 2020, p. 122).

Segundo Rancière, o motor da inteligência é a vontade. Conforme ele aponta, a inteligência é a capacidade de ver, comparar e relatar, e a vontade, por sua vez, é a força motriz desta. Para ele, a falta de vontade, a preguiça e a distração constituem obstáculos para a efetivação da aprendizagem. É em função disso que ele afirma que “o homem é uma vontade servida por uma inteligência” (Rancière, 2020, p. 84), ou ainda, “É preciso dizer, ao contrário, que é a falta de vontade que faz errar a inteligência. O pecado original do espírito não é a precipitação, é a distração, é a ausência” (Rancière, 2020, p. 84).

Em oposição ao ensino tradicional, por ele criticado, Jacques Rancière nos apresentou ao professor Joseph Jacotot, um verdadeiro revolucionário, que afirmou que um “ignorante” pode ensinar outro “ignorante”. Assim, o método Jacotot ou “ensino universal” se baseia na ideia de que as inteligências se equivalem, isto é, toma por princípio a igualdade das inteligências, onde todos são capazes de aprender por si mesmos, através da observação, comparação e reflexão.

Mas como admitir que um ignorante possa ser causa de ciência para um outro ignorante? A própria experiência de Jacotot era ambígua, no que se refere à sua condição de professor de francês. Já que ela havia, ao menos, mostrado que não era o saber do mestre que ensinava ao aluno, nada o impedia de ensinar outra coisa além de seu próprio saber: ensinar o que ignorava. (Rancière, 2020, p. 33)

Foi partindo da experiência de Jacotot, na missão de ensinar francês aos estudantes que falavam holandês, que surgiu a compreensão de que o mestre não precisaria ser detentor de um

conhecimento específico para que os estudantes viessem a aprender. Para ele, o mais importante seria o próprio ato de aprender, em especial o aprender por si mesmo, tendo no professor um guia que estimula a capacidade dos estudantes. Assim, ele afirmava que “não há homem sobre a Terra que não tenha aprendido alguma coisa por si mesmo e sem mestre explicador.” (Rancière, 2020, p. 35).

Conforme aponta Jacques Rancière, a veracidade é fundamental, condição *sine qua non*, para que o processo de emancipação venha a ocorrer. Para o autor, isso significa a capacidade de reconhecer a si mesmo como um ser pensante, e assim, assumir-se capaz e agir embebido por tal verdade, tendo na comunicação um meio pelo qual as inteligências se conectam e se estimulam, de maneira mútua.

O princípio de veracidade está no coração da experiência de emancipação. Ele não é a chave de nenhuma ciência, senão a relação privilegiada de cada um com a verdade — aquela que o coloca em seu caminho, em sua órbita de pesquisador. Para Rancière:

O princípio de veracidade está no coração da experiência de emancipação. Ele não é a chave de nenhuma ciência, senão a relação privilegiada de cada um com a verdade — aquela que o coloca em seu caminho, em sua órbita de pesquisador. (Rancière, 2020, p. 87)

Para o autor, a comunicação não se baseia em um acordo preestabelecido sobre o significado das palavras, mas sim no desejo mútuo de se fazer entender e de compreender uns aos outros. Para ele, a vontade de comunicar é a ponte entre as inteligências. “não se pode convir com palavras a significação de palavras. Um quer falar, o outro quer adivinhar – eis tudo. Desse concurso de vontades resulta um pensamento visível para dois homens, ao mesmo tempo.” (Rancière, 2020, p. 94).

Torna-se importante, para nós que estudamos sobre a aprendizagem das artes, perceber que em sua obra, Rancière, amplia sua análise de tal forma que alcança o campo das artes. Tal autor argumenta que as artes constituem linguagem acessível a todos, não sendo objeto restrito a alguns sujeitos, já iniciados. Ele defende, ainda, que todos têm a capacidade de sentir e de expressar seus sentimentos, isto é, seu próprio eu, sua própria essência, e ele comprehende que as artes são possibilitadores desse desvelar.

O autor enfatiza a importância da tradução e de seu oposto, a contra-tradução na apreciação das artes. Em seus argumentos, Rancière apresenta argumentos quanto ao entendimento ou compreensão da obra artística, onde em sua visão, tal movimento consiste em reconstituir, em si mesmo, a experiência do artista, reconhecendo-se como um igual a ele, ou seja, um encontro entre os sujeitos humanos.

Apesar de toda essa construção de um cenário que aponte para a desrazão e para a desigualdade, Rancière não nos traz uma proposição de uma revolução social, enquanto sociedade, como um todo. Em seu lugar, o autor nos propõe um movimento de resistência individual, de tal modo

que ele valoriza o papel do “emancipador”, que para ele é aquele que, através de seu exemplo, consegue demonstrar aos demais as possibilidades de aprender por si mesmo, de reconhecer a igualdade existente entre as inteligências. Assim discorre o autor: “mas todo homem pode, a cada instante, emancipar-se e emancipar a um outro, anunciar a outros esse benefício e aumentar o número de homens que se reconhecem como tais e não mais fazem de conta que são superiores inferiores” (Rancière, 2020, p. 140).

Desta maneira, Rancière conclui que o processo da emancipação intelectual constitui um processo individual e contínuo, que se realiza na busca incessante da verdade e na comunicação com o outro. Para ele a sociedade nunca será perfeita, contudo, ele comprehende que é possível multiplicar o número de homens que utilizam sua razão e reconhecem a sua igualdade.

Se cada família fizesse o que digo, logo a nação estaria emancipada, não da emancipação que os sábios concedem, por suas explicações à altura das inteligências do povo, mas da emancipação que conquistamos, mesmo contra os sábios, quando nos instruímos a nós próprios. (Rancière, 2020, p. 140)

O autor, ao nos apresentar suas reflexões nos leva a repensar a educação e a sociedade, nos convida a questionar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades e nos propõe um modelo pedagógico baseado na igualdade das inteligências, na força de vontade e na busca da veracidade. São chamamentos à ação individual, no qual cada um de nós que é convidado, ganha a missão de se emancipar e de auxiliar na emancipação de outro, em busca de construir uma sociedade que seja mais justa e igualitária.

3 A CONCEPÇÃO BANCÁRIA DA EDUCAÇÃO E SUA ANTÍTESE, A PEDAGOGIA LIBERTADORA

A obra do educador Paulo Freire é composta, em parte, por uma forte crítica desprendida ao modelo “bancário” da educação, e, em outra, por sua proposição pedagógica, que seria a ruptura a tal modelo, que enxerga na educação um percurso de libertação e conscientização dos sujeitos. Temos a noção de educação bancária, que tal qual elaborada por Paulo Freire, constitui análise crítica e aprofundada dos dispositivos pedagógicos tradicionais, ampla e fortemente difundidos nos meios educativos.

Para o autor a educação “bancária” seria um modelo baseado na transmissão de conhecimentos pelos que sabem aos que nada sabem, isto é, comprehende o professor como o detentor dos saberes e os estudantes como corpos e mentes vazias que precisam ser dotados de tais saberes, ou seja, os que sabem são os sujeitos ativos do processo educacional, enquanto os que estão na posição de não sabedores se portam de maneira passiva e receptiva ao conteúdo a ser transmitido.

Neste modelo pedagógico, na visão do professor Paulo Freire, é percebida a manutenção das estruturas sociais de poder no qual nossa sociedade está fundada, de tal forma que a opressão, resultado direto desse desequilíbrio estrutural de poder, é perpetuado, negando, assim, aos estudantes a possibilidade de desenvolver suas capacidades críticas e criativas de forma plena. Freire instaura, assim, que tal ordenação apresenta-se injusta ao perpetuar tais violações humanas ao distorcer o que para ele seria a vocação natural do ser humano, isto é, a vocação ontológica do “ser mais”.

Freire (2016, p. 62) instaura que “humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão”. Na visão de Freire o processo da desumanização é histórico, assim como, da opressão, da exploração e da violência da qual os oprimidos são submetidos por seus opressores.

Para que tal paradigma seja superado, Paulo Freire aponta que os oprimidos precisam lutar pela emancipação, tanto do oprimido quanto do opressor, possibilitando a restauração da humanidade de ambos, compreendendo que “aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos - libertar-se a si e aos opressores.” (Freire, 2016, p. 63).

Para Freire, oprimidos e opressores precisam desenvolver uma consciência crítica da realidade. Tal processo, em sua visão resulta da ação e da reflexão, isto é, da práxis, o que possibilita a compreensão da situação na qual o oprimido se encontra, se reconhecendo como um sujeito ativo em prol da transformação social. Para Freire, essa conscientização é fundamental para a libertação e para a humanização dos sujeitos.

A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela. (Freire, 2016, p. 75)

Conforme Freire postula, a concepção bancária da educação tem por característica fundamental a narração e a dissertação de conteúdos, sendo o professor o responsável por efetuar a transferência destas aos estudantes.

Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica um sujeito - o narrador - e objetos pacientes, ouvintes - os educandos. (Freire, 2016, p. 103)

Segundo o autor, a educação “bancária” desconsidera a experiência existencial dos estudantes e transforma a educação em um processo mecânico de memorização, de modo que “uma das características desta educação dissertadora é a ‘sonoridade’, a esterilidade, da palavra e não sua força transformadora.” (Freire, 2016, p. 104).

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão.

Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante. (Freire, 2016, p. 104)

Freire (2016, p. 105) postula que em meio a educação bancária ocorre uma dupla anulação, isto é, tanto educadores quanto educandos, se anulam, em virtude das distorções que vem junto a este modelo, pois nesta concepção de educação não há criatividade, não há transformação, não há saber.

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios ao que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (Freire, 2016, p. 105)

Para Freire (2016, p. 100) não há outro caminho que não o de uma pedagogia humanizadora, que finde o amplo processo de manutenção da opressão, isto é, da perpetuação do *status quo*, para que se estabeleça uma relação dialógica permanente.

Em oposição à concepção bancária, Freire propõe uma prática educativa que vise a libertação dos indivíduos, uma educação que se realiza por meio da conscientização e da ação transformadora. Esse modelo proposto por Freire se baseia no diálogo, na problematização da realidade e no desenvolvimento do pensamento crítico.

Nessa perspectiva, educadores e educandos se tornam investigadores críticos que, juntos, buscam a superação da “doxa” (opinião) pelo “logos” (conhecimento verdadeiro). Através do diálogo, os educandos se sentem convocados a responder aos desafios da realidade, compreendendo-os em suas conexões e totalidade, nas quais, tanto educadores quanto educandos, aprendem, mutuamente, em comunhão.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (Freire, 2016, p. 118)

Por tais motivos é que para Freire (2016, p. 119) a educação que se pretende libertadora, problematizadora, não pode se utilizar desse modelo pautado na narração, tendo o depósito de conteúdos como finalidade e concebendo os educandos como meros pacientes. Ao contrário, a educação precisa ser um ato cognoscente. “Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa,

mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que ao ser educado, também educa." (Freire, 2016, p. 120).

Freire argumenta que a ação opressora é, por natureza, antidialógica, ao negar aos oprimidos a possibilidade de exercerem a práxis, reduzindo-os a meros executores das vontades dos opressores. Essa negação se manifesta na forma como os opressores se relacionam com os oprimidos, buscando conquistá-los e mantê-los subjugados e neste processo o papel de opressor é muitas vezes desempenhado sem consciência, isto é, o agente da opressão, o professor, não se percebe e nem se reconhece como tal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, exploramos as críticas contundentes de Jacques Rancière e Paulo Freire aos modelos tradicionais de educação, bem como, analisamos suas propostas para uma prática pedagógica emancipadora. Ambos os autores, partindo de perspectivas distintas, convergem em um ponto crucial: a rejeição de uma visão de educação que perpetua a desigualdade e a opressão, propondo, em seu lugar, abordagens que valorizem a capacidade de todos para aprender, pensar criticamente e transformar a realidade.

Rancière, em sua análise, desconstrói a ideia de que o conhecimento é um privilégio de poucos, desafiando a crença na hierarquia das inteligências. Ele critica o "velho" sistema educacional, que se baseia na explicação e na transmissão de conteúdos, criando uma dependência do estudante em relação ao professor. Para Rancière, a explicação não é um caminho para o aprendizado, mas sim um obstáculo que impede o desenvolvimento da capacidade de aprender por si mesmo. O autor demonstra, através da experiência de Joseph Jacotot, que um "ignorante" pode ensinar outro "ignorante", desde que se reconheça a igualdade das inteligências e se estimule a vontade de aprender. A vontade, para Rancière, é o motor da inteligência, a força que impulsiona a busca pelo conhecimento. Ele também enfatiza a importância da comunicação como um meio pelo qual as inteligências se conectam e se estimulam mutuamente, não através de um acordo pré-estabelecido, mas pelo desejo mútuo de se fazer entender. A veracidade, para Rancière, é essencial no processo de emancipação, implicando no reconhecimento de cada indivíduo como um ser pensante capaz de buscar a verdade por si mesmo.

Paulo Freire, por sua vez, critica a educação "bancária", um modelo no qual o professor "deposita" conhecimento em estudantes passivos, que são vistos como "vasilhas" a serem enchidas. Essa abordagem, segundo Freire, perpetua a opressão, ao negar aos estudantes a possibilidade de desenvolverem suas capacidades críticas e criativas. A educação bancária é caracterizada pela narração e dissertação de conteúdos, desconsiderando a experiência dos estudantes e transformando a educação

em um ato de memorização mecânica. Freire propõe uma pedagogia libertadora, que se baseia no diálogo, na problematização da realidade e no desenvolvimento do pensamento crítico. Para ele, a emancipação requer uma consciência crítica da realidade, alcançada através da reflexão e ação (práxis). Freire argumenta que a ação opressora é antidialógica, negando a práxis aos oprimidos e os reduzindo a meros executores.

Ambos os autores reconhecem que as estruturas de poder presentes na sociedade se refletem na educação, perpetuando as desigualdades e limitando o potencial dos indivíduos. No entanto, eles também apontam para a possibilidade de transformação através de práticas pedagógicas que estimulem a autonomia, a reflexão e a ação.

Rancière nos encoraja a acreditar na igualdade das inteligências e a desafiar a necessidade da explicação como precondição para o aprendizado. Sua visão enfatiza a importância da vontade, da comunicação e da busca da verdade como elementos centrais no processo de emancipação.

Freire nos convida a superar a educação bancária, buscando uma prática pedagógica que estimule o diálogo, a problematização e a ação transformadora. Sua pedagogia libertadora enfatiza a necessidade de desenvolver uma consciência crítica da realidade como um caminho para a emancipação e a humanização.

A articulação das ideias de Rancière e Freire oferece uma perspectiva rica e multifacetada sobre a educação e a emancipação. Enquanto Rancière foca na capacidade individual de aprender por si mesmo, partindo da igualdade das inteligências e da força da vontade, Freire destaca a importância do diálogo, da conscientização e da ação coletiva na busca pela libertação. Ambos, no entanto, concordam que a educação não deve ser um mecanismo de reprodução das estruturas de poder, mas sim um instrumento para a transformação social e individual.

A emancipação, portanto, não é um processo que ocorre apenas na sala de aula, mas sim um caminho contínuo de busca pela verdade, de reflexão crítica e de ação transformadora na realidade. Cada indivíduo, segundo Rancière e Freire, tem a capacidade de se emancipar e de auxiliar na emancipação do outro, construindo assim uma sociedade mais justa e igualitária.

Em última análise, este documento busca inspirar uma reflexão sobre a prática pedagógica e incentivar a busca por abordagens que valorizem a autonomia, a criatividade e a capacidade de todos para aprender e transformar o mundo. A visão de Rancière e Freire nos convida a romper com os modelos tradicionais de educação, construindo um caminho para a emancipação intelectual e social, que exige coragem para desafiar as estruturas de poder estabelecidas e para acreditar na capacidade transformadora de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante - cinco lições sobre a emancipação intelectual. Trad. Lílian do Valle. 3^a Ed. 10^a Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.